



AÇÚCAR E ÁLCOOL, SEUS PROBLEMAS E SUA IMPORTÂNCIA EM PERNAMBUCO

Gilson Machado Guimarães Filho

Empresário e Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco. O presente trabalho é uma síntese da exposição feita pelo autor à Escola Superior de Guerra.

O Brasil é o maior produtor mundial de açúcar de cana. E essa posição é, hoje, um grande problema. É que o açúcar enfrenta atualmente uma crise de proporções mundiais, onde se destacam, como elementos tracionadores, o excesso de produção e seu conseqüente baixo preço.

A história econômica do açúcar registra ciclicamente tais crises, motivadas, na sua grande maioria, por um período de preços altos que incentivam a produção, ao que se segue uma violenta queda nas cotações internacionais, exatamente quando essa produção estimulada gera uma oferta superior à demanda. Os preços atingem níveis abaixo do custo, o que resulta num freio na produção, para uma diminuição de oferta que acarreta novo aumento de preço. Reinicia-se, então, um novo ciclo.

A crise atual tem suas origens no início da década de 70, quando, em função de uma oferta insatisfatória, os preços se elevaram, atingindo o nível exorbitante de US\$ 1.400,00 a tonelada. Nesse tempo, o açúcar representou fonte de divisas em dólares para o País, chegando mesmo a ser um dos principais produtos de sua pauta de exportações, em lucratividade.

O quadro começou a se modificar a partir do início do segundo quinquênio da década de 70. A produção foi fortemente expandida por uma vigorosa modernização de parques industriais extratores de açúcar de cana; pela reativação de parques açucareiros que se encontravam inativos por falta de economicidade; pela incorporação de grandes contingentes de açúcar de beterraba e pela viabilização econômica da produção de outros adoçantes calóricos, como é o caso do xarope de milho, nos Estados Unidos, onde vem ganhando terreno no mercado consumidor do açúcar de cana.

A deterioração do preço internacional tornou o açúcar de cana brasileiro um produto gravoso. Em junho de 1978 o açúcar brasileiro estava sendo posto nas docas a US\$ 310.00 a tonelada e sendo vendido a US\$ 164.00, perdendo, portanto, US\$ 146.00 por tonelada exportada. Essa perda é subsidiada pelo Governo ao produtor. Isso, entretanto, não chega a representar um favorecimento aos industriais. Para usarmos a linguagem em voga, faz parte das regras do jogo. É que o Instituto do Açúcar e do Alcool detém o monopólio do mercado exterior de açúcar brasileiro. É o IAA quem banca as exportações, lucrando com elas e, eventualmente, perdendo.

Além disso, note-se que o açúcar não recebe incentivos para a exportação, como ocorre com outros produtos industriais. Embora o açúcar tenha rendido em 1977, com toda sua gravosidade, 462 milhões de dólares, não é incluído na relação de produtos que mereçam benefícios creditícios e tributários para sua exportação, tais como isenção de Imposto de Renda, ICM e IPI, afora os relativos à importação de máquinas e equipamentos. O Banco do Brasil e bancos privados autorizados a operar com câmbio têm, ainda, linhas de crédito especiais para empresas exportadoras.

Com o açúcar a situação atual é diversa. É um produto gravoso. Perde-se atualmente US\$ 146.00 por tonelada exportada.

Ao desavisado, isso pode parecer que ser o maior produtor de açúcar de cana do mundo é uma forma de empobrecimento. Entretanto, tal conclusão só pode ser aceita se pusermos de lado aspectos de lucro social, tais como a geração de emprego absorvente de mão-de-obra agrícola, industrial, administrativa e técnica, e o conseqüente movimento do qual depende a economia de centenas de municípios brasileiros, além do aspecto econômico consubstanciado na manutenção de uma atividade agroindustrial capaz de gerar soluções para problemas nacionais graves, aliviando com produção de matéria-prima de fonte renovável a dependência excessiva da importação de combustíveis minerais carentes no País, e ainda manter-se em ritmo de produção para recuperar o terreno perdido em futuras reações do mercado internacional com relação ao preço exterior do açúcar.

As exportações brasileiras de açúcar em 1977 foram de 2.486.000 toneladas métricas, para a produção mundial de 90.700.000. A produção brasileira no ano calendário de 1977 foi de 8.758.000 toneladas métricas. Isto corresponde a um percentual em cerca de 9% do total produzido no mundo. O açúcar colocou-se como quinto item na pauta de exportações de produtos primários, em 1977, com um percentual de 3,8% do total dos negócios externos, depois de ter sido o primeiro produto no ápice do "boom" açucareiro mundial, em 1974, quando apresentou 16,6% das nossas vendas externas.

No que diz respeito ao preço internacional do açúcar, foi discutido e aprovado em Genebra, em 1977, um Acordo Internacional do Açúcar para contingenciar a produção mundial, com vistas a um restabelecimento do preço em torno de US\$ 400.00.

PRODUÇÃO MUNDIAL ESTÁ EM EXPANSÃO

Vejamos alguns indicadores de mercado internacional, já dentro das novas limitações do Acordo, para melhor esclarecimento:

Das safras de 1975/76 a 1977/78, a economia açucareira mundial acusa um crescimento de 14,06% na produção, a que corresponde uma expansão mais lenta do consumo, onde é atingido o nível de 10,02%. A diferença força para cima os estoques finais, que se situam além do conveniente para manutenção do equilíbrio de mercado entre oferta e procura. A expansão do excedente atinge 34,3%. Isso fornece uma relação de 25,75%, entre estoques finais/consumo, no primeiro período, devendo atingir 36,53 em 31 de agosto de 1978, qual seja, no final do ano-safra 1977/1978.

Essa relação entre estoque final/consumo deve situar-se na faixa de 25% de tendência de consumo. Na medida em que esse nível é ultrapassado, caem os preços. Percebe-se aí, principalmente a partir de 1976/1977, uma tendência a um aumento de produção não compatível com a expansão do consumo. Estabelece-se a crise por superprodução mundial.

Nesse contexto, é importante observarmos, ainda, os elevados estoques existentes hoje no mundo. Na explicação desse fenômeno, encontramos a especulação havida, notadamente no último trimestre de 1977, quando importadores acumularam o produto a preços isentos de novo Acordo Internacional do Açúcar, em discussão naquele período; há, ainda, o fato de alguns países terem desenvolvido ao máximo suas possibilidades de exportação, no sentido de melhorar seus desempenhos, posicionando-se de melhor forma, com vistas a uma redistribuição de oportunidade de mercado.

EXPANSÃO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA

É evidente que a situação da agroindústria açucareira brasileira reflete, na razão direta de sua grandeza, a crise internacional. Com uma produção estimada em 8,9 milhões de toneladas (equivalente a 148.333.333 sacos) na safra de 1977/78, e tendo em estoque, a 1º de junho de 1977, 1.027.539 toneladas (17.125.650 sacos), o Brasil terá uma disponibilidade de 9.927.539 toneladas (165.458.983 sacos).

O consumo interno espera absorver 5.333.131 toneladas (88.885.516 sacos) e deverão ser exportadas, de conformidade com o Acordo de Genebra, 2,4 milhões de toneladas (40.000.000 sacos). Portanto, das quase 100 milhões de toneladas (188 milhões de sacos) disponíveis deverão ser escoadas 7.733.131 toneladas, registrando um saldo de estoque final a 31 de maio de 1978 de 2.194.408 toneladas (36.573.466 sacos).

Com relação ao consumo interno, vale salientar a retração do mercado experimentada em 1978, quando 31 mil toneladas (516.666 sacos) não encontravam escoamento, registrando-se uma baixa média de consumo *per capita* de 46,2 kg em 1976, para 44,7 kg em 1977, fato que vem a reboque de acelerada expansão de

preço interno registrada para o café, produto responsável em larga escala pelo consumo associado do açúcar. Essa redução no consumo de açúcar somente foi observada nos anos trinta.

E se nos depararmos com uma crise de mercado, de conjuntura, observamos também distorções estruturais na agroindústria canavieira. Tais distorções têm-se acentuado a partir do "boom" verificado no primeiro quinquênio dos anos setenta. Nessa época, quando os preços internacionais atingiram o nível de US\$ 1,400,00 a tonelada, o setor açucareiro registrou uma receita superior a 1 bilhão de dólares, em 1975, o que, somando a significativos resultados obtidos nos anos anteriores, principalmente a partir de 1972, fortaleceu substancialmente o Fundo Especial de Exportação.

O Instituto do Açúcar e do Alcool, órgão que mantém o controle estatal da agroindústria açucareira, sendo o detentor do monopólio das exportações brasileiras do produto, planejou, então, no início da década, a modernização e racionalização de nosso parque industrial açucareiro, financiando-as com recursos do Fundo de Exportação. Esses projetos foram aprovados com economicidade de um rendimento industrial de 100 kg de açúcar por tonelada de cana moída, quando está sendo extraída uma média inferior a 80 kg, mesmo depois da modernização do parque açucareiro nordestino. Os empresários, convocados pelo Governo a expandirem sua produção, responderam tão bem a esse chamado, que a meta de 10 milhões de toneladas deverá ser atingida antes de 1980.

Por mais paradoxal que pareça, o Governo, que estimulou o crescimento da produção, já nesta safra estabeleceu o contingenciamento, autorizando que se fabriquem apenas 120 milhões de sacos de açúcar. Autorizou, no entanto, que o açúcar acima desse limite seja transformado em álcool.

O novo Plano de Safra, aprovado para 1978/79, autoriza a produção de 120 milhões de sacos de açúcar, destinando 28 milhões à exportação e 92 milhões ao mercado interno. A esse contingente somem-se 34.808 milhões de sacos, que deverão ser convertidos em álcool.

Essa atitude do Governo possibilitará o escoamento da matéria-prima, pois caso ficássemos autorizados a produzir apenas 120 milhões de sacos, certamente ficaria muita cana em pé pelos campos, com graves conseqüências para toda a economia agroindustrial açucareira.

A produção evoluiu de 4 milhões de toneladas (equivalente a 66.666.666 sacos), em 1966/67, para 8,5 (equivalente a 141.666.666 sacos) em 1977/78. Tudo leva a crer que, em condições climáticas favoráveis, o Brasil disponha, para a presente safra, de matéria-prima e capacidade industrial instalada para um volume bastante superior a 9 milhões de toneladas (equivalente a 150 milhões de sacos).

Essa expansão, a preços de dezembro de 1977, mobilizou recursos de Cr\$ 28,5 bilhões. Isso significa um volume de aplicações superior ao do Banco do Nordeste do Brasil, no período, que foi de Cr\$ 20 bilhões; do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Cr\$ 16 bilhões), do Banco da Amazônia (Cr\$ 7,6 bilhões) e quase

equivalente ao volume de empréstimo do maior banco privado brasileiro, o Banco Brasileiro de Descontos, com Cr\$ 29,2 bilhões.

O Fundo Especial de Exportação rendeu, a preços de dezembro de 1977, Cr\$ 51,8 bilhões, desde sua instituição. Para uma aplicação de Cr\$ 28,5 bilhões na modernização e racionalização industrial, corresponderam *apenas aplicações de Cr\$ 411 milhões em pesquisa agrícola, Cr\$ 40 milhões em estradas e Cr\$ 1,2 milhão em terminais açucareiros. Alarmante é o fato de não ter sido destinado um único centavo para a melhora da qualidade de vida nas zonas produtoras, o que poderia ter sido feito na forma de expansão de oferta habitacional, saneamento, extensão rural etc.*

Esses números coincidem com observações publicadas recentemente por Albert Viton, THE SUGAR PROSPECTS IN LATIN AMERICA, que aponta como fatores favoráveis para a expansão açucareira brasileira: capital adequado, desenvolvimento da capacidade gerencial, recursos industriais de "engineering" para construção e operação de grandes usinas e, como pontos negativos: deficiente pesquisa genômica e extensividade agrícola.

SÃO PAULO PRODUZ 50% DO AÇÚCAR BRASILEIRO

A distribuição territorial da atividade agroindustrial açucareira no Brasil apresenta fortes modificações nos últimos 28 anos, com a incorporação de novas áreas, notadamente no Centro-Sul. Em 1950/51, Pernambuco era o maior produtor nacional, responsável por 32% do total brasileiro. São Paulo, o segundo maior, responsável por 29% dessa produção. Há 28 anos, portanto, dois Estados brasileiros detêm 60% da produção nacional de açúcar.

Autorizado a produzir 72 milhões de sacos na safra 1977/78, São Paulo ficou responsável por 50% da produção nacional. Enquanto Pernambuco, com 22 milhões de sacos, caiu no quadro geral de produção açucareira brasileira para 15% do total. O maior incremento, entretanto, verifica-se no Estado de Alagoas, que evoluiu de 2 para 19 milhões de sacos, elevando sua fatia de participação no mercado produtor nacional de 8 para 14%. Registra-se, ainda, uma queda na produção do Estado do Rio de Janeiro, que cedeu, em 28 anos, 9 pontos percentuais, caindo em participação na produção açucareira brasileira de 16 para 7%. O crescimento, portanto, registrou maior ênfase nos Estados de São Paulo e Alagoas que, enquanto multiplicavam por 10 sua produção absoluta, dobravam sua participação relativa.

Se voltarmos mais atrás no tempo, verificamos que, em 1939, os três maiores produtores brasileiros tinham seus contingentes de produção na seguinte relação: Pernambuco 37% — cota de 4.499.737 sacos; São Paulo 17% — cota de 2.079.295 sacos; e Rio de Janeiro 16,5% — cota de 2.016.916 sacos.

Mas a modificação do perfil de participação por Estado produtor não afetou a marcante vocação canavieira da economia pernambucana. E a prova disso está na resposta sempre significativa no aumento da produção e o constante interesse na modernização. Isto tudo, levando-se em conta que Pernambuco, por ser situado

numa região desfavorecida e que tem na sua Zona da Mata a lavoura da cana-de-açúcar como a mais rentável alternativa, não poderia arrefecer seu ânimo de continuar com significativa presença na cena açucareira brasileira.

A produção de açúcar no Brasil dobrou de 72 milhões de sacos, em 1969/70, para 144 milhões, na estimativa do plano de safra 1977/78. Essa expansão se deve, sobretudo, ao incentivo do Governo Federal, estabelecido pelos Decretos 1.186/71 e 1.266/73, documentos elaborados dentro de um clima especialmente favorável no mercado internacional, onde os preços ganharam níveis de excepcional margem de lucratividade.

SITUAÇÃO REGIONAL E PERNAMBUCANA

Entre 1969 e 1976, Pernambuco exportou o equivalente a 4 milhões de toneladas, ou seja, quase 67 milhões de sacos, gerando mais de 952 milhões de dólares, que representaram 80% das exportações de todo o Estado. Dessa quantia, o produtor recebeu cerca de US\$ 406 milhões e 500 mil, tendo sido confiscados pelo Governo US\$ 544 milhões e 700 mil, o que chega a mais de 9 bilhões de cruzeiros num câmbio de 17 cruzeiros por dólar. Do total confiscado no País (Cr\$ 51,8 bilhões), 26% foram aplicados no subsídio ao consumo interno, o que não produziu qualquer efeito relevante econômica e socialmente. Mesmo assim, o setor se mostrava otimista.

Em conseqüência principalmente dessa disparidade de preços entre o projeto e a execução, o endividamento global das usinas pernambucanas aproximava-se em 1978 a Cr\$ 6,8 bilhões. Essa dívida foi gerada de recursos oriundos do setor, uma vez que ele foi proveniente, na sua maior parte, do Fundo Especial para Exportação, que é constituído pela diferença que se obtém do preço pago ao produtor e o preço de venda externa. É importante observar que a crise de caixa hoje estabelecida, em função do retorno dessas aplicações alocadas ao setor açucareiro, decorre também da planificação do IAA que implicava numa economicidade para os projetos de modernização, na obtenção de um rendimento de 100 kg de açúcar por tonelada de cana esmagada, quando o rendimento efetivamente registrado foi abaixo de 80 kg.

A agroindústria açucareira é de vital importância no contexto sócio-econômico dos Estados de Pernambuco e Alagoas, onde desempenha papel de significativa relevância na absorção de mão-de-obra, na constituição do produto e na geração de receita tributária direta e indireta para essas duas unidades da Federação. Hoje, a cana-de-açúcar é responsável por mais de 25% da produção agrícola pernambucana e apresenta uma participação superior a 43% na produção agrícola de Alagoas.

Com uma produção fixada num contingente de 19 milhões de sacos, em Alagoas, e 22 milhões em Pernambuco, na safra de 1977/78, o setor industrial açucareiro operou a uma taxa de ociosidade de 33% em Pernambuco e 38% em Alagoas, não podendo produzir compensatoriamente a seu esforço investido em modernização e racionalização, uma vez que não lhe correspondeu um aumento de rendimento do setor agrícola, principalmente no que diz respeito à má qualidade da matéria

prima. Mesmo assim, o açúcar é o elemento principal da economia dos dois Estados, sendo fator gerador e sustentáculo de uma atividade paralela diversificada em fornecimento de serviços, manufaturados e produtos primários, em diversos municípios.

Sendo a usina um polo de atração maior que os centros urbanos da Zona da Mata, em Pernambuco, e necessitando de infra-estrutura para efetuar sua atividade, as próprias empresas suprem essa necessidade, construindo e mantendo escolas, hospitais e estradas que, muitas vezes, servem a muito mais que a ela própria.

Historicamente, o açúcar tem constituído uma fonte de formação de capital, levando para as zonas onde está situada sua produção, tanto agrícola quanto industrial, a maior densidade econômica da zona rural nordestina.

PREÇO ABAIXO DO CUSTO DE PRODUÇÃO

Recente estudo efetuado em 36 usinas de São Paulo, associadas à Copersucar, concluiu quanto ao açúcar que "pode-se dizer que 60% do setor operou numa posição de equilíbrio econômico (custos iguais às receitas). Esse resultado, contudo, só é válido se a matéria-prima (cana) for computada nos custos pelo seu preço oficial. Mas se esta fosse remunerada com base em seu custo de produção e fosse mantido o preço oficial do açúcar, este daria um prejuízo econômico de Cr\$ 14,00 por saca. Evidentemente, nenhuma das situações é aceitável para o equilíbrio econômico-financeiro e para a estabilidade do setor. Os preços devem refletir sempre os custos de produção dos produtos integrados, que se constituam em verdadeiros pontos de estrangulamento econômico do País".

É importante observar que a matéria-prima representa quase 2/3 do custo final do produto e que a cana é produzida no Nordeste a preços mais elevados que em São Paulo, em decorrência de uma topografia acidentada e de fatores adversos de clima.

Mas o ponto crítico ainda está no pressuposto de uma rentabilidade de 90 kg de açúcar por tonelada de cana esmagada, produção abaixo da média de todas as regiões grandes produtoras de açúcar do País. De fato, nenhum dos Estados produtores atingiu a média de 90 kg de açúcar por tonelada de cana esmagada, na safra de 1976/77. Isso representa uma perda real para o setor fabril, que paga a matéria-prima por peso, independente de sua qualidade. Assim, a custos industriais iguais são processadas canas de inferior qualidade, o que resulta numa queda de produtividade, representada por um menor rendimento industrial e, em consequência, a um menor faturamento por parte da empresa produtora. Com a queda do teor de sacarose na matéria-prima, é necessário a aquisição de maior quantidade de cana para a produção das cotas estipuladas pelo IAA para cada produtor.

Para que se tenha uma idéia do que isso representa, a safra de 1976/77 assinou uma quebra de 3 milhões de toneladas de cana, em Pernambuco, em relação ao volume de açúcar produzido, se mantida uma produtividade industrial de 90 kg por tonelada esmagada.

Por muito tempo, os empresários açucareiros foram levados a ter uma visão mais financeira que econômica de sua atividade. Em decorrência disso, as soluções solicitadas para seus problemas eram de forma de créditos subsidiados ou prorrogação de prazos de pagamento. Hoje, percebe-se o adensamento de uma nova posição do empresariado, que busca mais soluções econômicas do que paliativos financeiros. E, de fato, é de se esperar que, se encarando a realidade de frente, consiga-se chegar a soluções econômicas que fortaleçam o setor, dando-lhe condições de crescer e andar por si próprio, já que a saúde financeira é decorrente de uma sólida e realista estrutura econômica.

ÁLCOOL

A produção de álcool carburante a partir da cana-de-açúcar ganhou economicidade com a elevação dos preços do petróleo, ocorrida após o bloqueio de 1973. Alguns aspectos estritamente ligados à segurança nacional são importantes de mencionar aqui. No que diz respeito a combustíveis para motores a explosão, o álcool já tem dado provas da sua utilidade, através do emprego em proporções de até 100%, onde foi observado rendimento satisfatório. O álcool acrescenta também outra vantagem sobre o petróleo: o fato de ter fonte de matéria-prima agrícola e, portanto, renovável. Na cena econômica brasileira, com acentuada carência cambial, o álcool, de produção doméstica, se apresenta como solução adequada e substituto viável para a gasolina e mesmo para o óleo diesel, em proporção de mistura apreciável. Consideradas suas características comprovadas de uso, em níveis de até 100%, o álcool tranquilizaria o País no caso de bloqueio, aumentando sua economicidade na medida em que os preços do petróleo forem se expandindo em consequência da escassez e dos altos custos de sua prospecção, extração e transporte de áreas de difícil acesso. Por último, o álcool é um combustível menos poluidor.

Por todos esses aspectos, o álcool carburante se apresenta como solução para o País, e mais, a alavancagem que proporciona à agroindústria canavieira a viabilização de novos contingentes de produção.

Em boa hora o Governo do Presidente Geisel instituiu o *Proálcool*, visando a dinamizar a produção de álcool no Brasil, como alternativa da superprodução nacional de açúcar. Ao *Proálcool*, como no caso da modernização e racionalização das usinas de açúcar, correspondeu o empresariado de maneira significativa.

Entretanto, o álcool também apresenta problemas ligados à sua rentabilidade industrial, transporte e armazenamento. No que diz respeito à industrialização, novamente o problema do preço se situa num nível não remunerativo da produção, tanto na operação associada de produção de açúcar e de álcool, como na produção de álcool direto. Para o álcool direto era fixado pelo IAA uma relação de 44 litros por saco de açúcar cristal standard. Essa equivalência não correspondia à realidade.

A conclusão do trabalho desenvolvido pela Assessoria Econômica da Copersucar, visando a estabelecer preços médios de produção de açúcar e álcool em São Paulo (é importante sempre ter-se em mente que todos os preços conseguidos pelos economistas da Copersucar partem de uma base de rendimento de 86,1

kg/tonelada de cana esmagada) é inquietante: "O custo de litro de álcool anidro direto na safra 1976/77 foi de Cr\$ 3.032,308, o que, dentro dos padrões do IAA, resulta numa situação desvantajosa na produção de álcool relativamente ao açúcar".

PERNAMBUCO ACUMULA ESTOQUE

O Conselho Nacional do Petróleo determinou uma retirada média mensal de 6.394.000 litros de álcool carburante das destilarias pernambucanas, para mistura ao combustível. Nossas destilarias responderam a essa necessidade nacional produzindo uma média em torno de 9.470.810 litros ao mês. Com efeito, em 15 de abril de 1978, a produção pernambucana atingia 71.028.874 litros, o que resulta numa produção global de 100 milhões de litros. A retirada, entretanto, não correspondeu ao determinado na portaria e muito menos às expectativas dos empresários, totalizando 36.647.518 litros, o que apresenta uma média mensal de retirada de 4.886.000 litros, 1,5 milhão de litros abaixo do determinado pelo CNP e apresentando um déficit mensal, na relação produção/consumo, de 4.584.810 litros de álcool carburante.

Com esse acúmulo, Pernambuco ficará com um estoque de passagem de 51.368.000 litros, correspondentes a 38 vezes o estoque de passagem da safra de 1977, quando a produção situou-se nos 37.093.300 litros de álcool, apresentando uma estocagem, ao seu final, de 1.337.280 litros.

É perfeitamente percebível o prejuízo causado pela armazenagem de 51 milhões de litros de álcool a seus produtores. E, o que é pior, dói-nos pensar no prejuízo que a não substituição de 51 milhões de litros de gasolina por igual quantidade de litros de álcool causa ao País.

O consumo de gasolina em todo o País atingiu, em 1977, 14.528.000.000 litros, segundo dados fornecidos pela Petrobrás. Só o Nordeste (excluída a Bahia) consumiu 1.241.000.000 litros, sendo a participação de Pernambuco de 418.000.000 litros. Desses dados de 1977 vê-se que só em Pernambuco eram necessários 83.600.000 litros, para se chegar a uma mistura de 20%, o que daria condições de escoamento de quase toda a sua produção de álcool, destinando-se o excedente aos outros Estados do Norte e Nordeste. Para tanto, é imperioso agilizar a montagem de uma infraestrutura de tanques, transporte e centros de mistura, que são encargos governamentais.

Esses números são extremamente comprovadores de que os industriais do açúcar e do álcool de Pernambuco e do Brasil em momento algum estiveram dissociados da realidade. Pelo contrário, empregaram toda a sua capacidade de investimento na produção de álcool anidro, produto que se apresenta fortemente escasso no mercado nacional.

Há entretanto, que se considerar, ainda, alguns aspectos da produção de álcool. Em Pernambuco, a disponibilidade de tancagem das companhias distribuidoras de petróleo situa-se em 2.637.000 litros, contra uma obrigatoriedade dos produtores, em 1978, de 65.000.000 litros em tanques de armazenamento de álcool.

Isso, evidentemente, onera o custo final do produto, não só pelo investimento, como ainda pela perda por evaporação do álcool armazenado, pelos juros com capital de giro da mercadoria em estoque. Por sua vez, o preço também é corroído pelo prazo com que é efetuado o pagamento, 45 dias após a entrega, o que é somado ao atraso ocasionado por freqüentes congestionamentos por problemas surgidos nos tanques das companhias distribuidoras de petróleo.

É preciso que se encarem com maior determinação os problemas que têm surgido na industrialização do álcool anidro a partir da cana-de-açúcar, mesmo porque a opção da mandioca ainda é uma experiência e, embora ela apresente um rendimento maior em tonelagem por área plantada, tem um rendimento menor quando medido em litros de álcool produzidos.

Medido em termos de prazos do próprio Proálcool, temos que, em 1980, o Brasil espera efetuar a mistura de quatro partes de gasolina para uma de álcool, em todo o seu consumo, em face do que é prevista uma totalidade de 4 bilhões de litros de álcool. Em Pernambuco, encontram-se em operação 24 destilarias e, na safra de 1978/79, entrarão em funcionamento mais 10. Com isso, sua produção será expandida para 280.000.000 litros de álcool anidro, tornando-se necessárias e urgentes providências de aumento da capacidade de tancagem e disponibilidade de transporte para outros mercados.

OPÇÕES PARA A MATÉRIA-PRIMA

O açúcar e o álcool não são os únicos produtos que se podem extrair da cana-de-açúcar. Há, no quadro atual do consumo, novas oportunidades econômicas para essa matéria-prima. Assim, muitos outros produtos podem ser extraídos da gramínea, tais como borracha, detergentes e todos aqueles contidos num grande leque que se abre a partir do álcool. Por essa razão, julgamos importante o aprofundamento do estudo de viabilização da *implantação de um Polo Sucro-químico em Pernambuco*, onde, conforme exposto neste trabalho, é predominante a cultura da cana-de-açúcar, por características históricas e ecológicas. Tal plano de ação representaria um desdobramento natural da vocação das terras mais produtivas de Pernambuco e Alagoas.

Convém destacar o acerto da decisão do Governo do Presidente Geisel, ao determinar ao Ministério da Indústria e Comércio, ao IAA e ao Banco do Brasil a elaboração do trabalho que ficou conhecido como Relatório MIC-IAA-BB, que é um documento onde é enfocada claramente a realidade vivida pela agroindústria açucareira nos Estados de Pernambuco e Alagoas. O Relatório aponta problemas do Governo e dos empresários, com precisão e seriedade. Pela primeira vez, vê-se o esforço de um Governo em aproximar-se da realidade e partir, através do conhecimento dos problemas, para as soluções adequadas e eficazes.

É de se esperar que a cana-de-açúcar volte a dar à Nação, como já fez no passado, mais divisas que o ouro. Para tanto, o setor canavieiro está modernizando e emprega grande contingente de trabalhadores e, em duas palavras, está preparando o Brasil é hoje o maior produtor mundial de açúcar de cana. Pode e deve ter muita vantagem nisso.